

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 10112796/2019-SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08059.000307/2018-84

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
01	Contratação de assinatura anual de acesso à ferramenta de pesquisas de preços praticados pela Administração Pública, com sistema de pesquisas baseado em resultados de Licitações Adjudicadas e Homologadas.	Serviço	01	R\$ 7.990,00
Valor Total (Anual)			7.990,00	

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A pesquisa de preços para que a Administração Pública possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida por diversas jurisprudências.

2.2. Essa fase da pesquisa de mercado quase sempre é demorada, pois implica numa criteriosa busca de preços perante as empresas do ramo do objeto pretendido. Estas, na maioria das vezes, não possuem interesse e boa vontade em atender às solicitações da Polícia Federal. Além disso há grande dificuldade em realizar o levantamento de preços praticados em determinados ramos do mercado, também pela quantidade de itens ou até mesmo pela escassez de determinados ramos de atividades de determinados produtos ou serviços na região para poder dar início aos processos licitatórios.

2.3. Assim, vários contatos precisam ser mantidos para que se consiga finalizar a pesquisa, especialmente quando diz respeito à contratação de serviços ou do objeto com poucos fornecedores no mercado.

2.4. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e, por conseguinte, para o cumprimento dos prazos demandados por este órgão.

2.5. A pesquisa de preços para que a Administração Pública possa avaliar o custo da contratação constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida por diversas jurisprudências.

2.6. A pesquisa de preços deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexecutável, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à Administração Pública. Tal dificuldade faz com que a pesquisa de preços se apresente como um entrave para a celeridade na tramitação dos procedimentos de contratação e aquisição.

2.7. Assim, torna-se necessária a contratação do referido sistema devido a IN 003/2017-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisas de preço para aquisição e contratação de serviços em geral. Reduzindo o tempo e as dificuldades para conclusão de tarefas da Comissão Permanente de Licitação - CPL no tocante a pesquisas de editais, atas de registro de preço, cotações eletrônicas para dispensa de licitações e dos Contratos, nas atividades de pesquisa de valores das contratações para fins de prorrogações.

2.8. Portanto, é necessário que a Comissão Permanente de Licitação - CPL, responsável pela Pesquisa de Preços tenha acesso a mecanismos que auxiliem na realização da pesquisa de preços, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação e aquisição.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa que viabilize ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através de um sistema de busca baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas. Tal sistema deve conter, no mínimo, as seguintes características:

3.1.1. Permitir a realização de consulta via internet ao banco de preços, através de login e senha a serem disponibilizados pela Contratada;

3.1.2. Permitir a realização de pesquisa por palavra(s) chave(s), bem como a utilização de filtros, tais como código de CATMAT/CATSER, períodos, região, unidade da federação, código de UASG, quantidade

de itens, SRP, itens sustentáveis, matérias, serviços e participação exclusiva de ME/EPP.

- 3.1.3. Associados ou não a uma palavra chave;
- 3.1.4. Permite o acesso, através de link, à publicação oficial ou ao documento original referente ao preço informado;
- 3.1.5. Permite a realização de pesquisa através do Mapa Estratégico de Compras;
- 3.1.6. Pesquisa sistêmica – IN/05 Inc. I - Compras Governamentais, Inc. II - Sites de Domínio Amplo, Inc. III – Outros e Inc. IV – Fornecedores;
- 3.1.7. Relatório Personalizado com a logo e informações do órgão público;
- 3.1.8. Ferramenta permite acesso a informação sobre data da homologação e adjudicação do pregão.
- 3.1.9. Ferramenta permite a emissão de relatórios completos e consolidados/extratos de preços comparativos, informando a origem de cada preço e os valores máximo e mínimo obtidos na pesquisa;
- 3.1.10. Utilizar como fonte de pesquisa, os sítios do Comprasnet, Banco do Brasil, BEC SP, sites de domínio amplo, cotação direta com o fornecedor e tabela sinapi.
- 3.1.11. Declaração de Competitividade da LC 123 – ME/EPP;
- 3.1.12. Possuir sistema de elaboração da especificação do objeto – interativo- BP Fase Interna;
- 3.1.13. Sistema de Elaboração do Termo de Referência - Interativo - BP FASE INTERNA;
- 3.1.14. Apresentar informações e preços atualizados diariamente.
- 3.1.15. Possibilite tornar o processo de cotação de preços simples e prático;
- 3.1.16. Compatibilidade com o Sistema Operacional Windows;
- 3.1.17. Funcionar nos seguintes Navegadores: Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox.

4. JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE

- 4.1. A contratação dar-se-á na modalidade de Inexigibilidade de Licitação com fundamento no artigo 25, *caput*, da Lei 8.666/93, tendo em vista a sua singularidade/exclusividade.
- 4.2. Considerando a necessidade em ter agilidade na busca de preços, e com o objetivo de trazer maior eficiência e economicidade aos certames licitatórios, o “BANCO DE PREÇOS” é uma ferramenta de pesquisa de preços visando o estabelecimento do valor estimado ou máximo da contratação, ou seja, um banco de dados diariamente atualizado, sistematizado por regiões, Estados e Municípios, sendo alimentado com preços obtidos em licitações efetivamente contratadas pelo Poder Público de todo o Brasil.
- 4.3. O “BANCO DE PREÇOS” é utilizado por diversas instituições públicas, onde se destacam alguns usuários como o Tribunal de Contas da União, Ministério Minas Energia, Institutos Federais, Universidades, DNIT, Infraero, FUNASA, INCRA, Prefeituras e outros.
- 4.4. O “BANCO DE PREÇOS” possui caráter único, pela sua singularidade específica sem parâmetros para comparação, pois possui tecnologia própria desenvolvida com algoritmos de pesquisa e dados coletados de forma exclusiva, estas e outras características próprias que a deixa singular.
- 4.5. A despeito de existir no mercado produto com algumas características parecidas, não identificamos nenhum que apresente as mesmas características e atenda, de igual modo, a necessidade da Administração Pública. Por outro lado, o Banco de Preços detém, ainda, ferramentas avançadas que o torna singular e exclusivo. A base de dados deste sistema possui informações obtidas não só pelo Comprasnet, como também de outros dois grandes sistemas de compras governamentais, a saber: BEC-SP e do Banco do Brasil.
- 4.6. Além disso, o Banco de Preços oferece opções de pesquisa conforme a ordem preferencial estabelecida nos incisos do Art. 2º da IN nº 05/2014 – MPOG.
- 4.7. Nesse sentido, além de preços do Comprasnet, o sistema realiza pesquisa em mídias especializadas e sítios eletrônicos de domínio amplo. Oferece também a possibilidade de cotação direta com o fornecedor, estipulando prazo para resposta.
- 4.8. Cumpre informar que o Banco de Preços conta ainda com a função BP Fase Interna, ferramenta de auxílio durante a elaboração do Termo de Referência para especificação do objeto e levantamento do seu número no CATMAT/CATSER, sua natureza de despesa e valor médio de mercado.
- 4.9. Desse modo, não havendo viabilidade de competição pela singularidade e exclusividade do objeto, por consequência lógica restará inviável a realização de licitação, razão pela qual solicitamos a autorização para contratação direta do Banco de Preços por inexigibilidade de licitação, com fundamento no dispositivo supracitado.
- 4.10. A empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda., com CNPJ 07.797.967/0001-95, é desenvolvedora e detentora da exclusividade comercial do Banco de Preços, conforme atestados de exclusividades emitidos pela ASSESPRO (SEI n.º 10078261).
- 4.11. Por todo o exposto a contratação da solução pode ocorrer por meio

da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Comunicar à empresa todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto deste Projeto Básico.
- 5.2. Efetuar o pagamento à contratada em até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração.
- 5.3. Fiscalizar a prestação do serviço, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no Projeto Básico.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, das 08:30 às 17:30 de segunda à quinta-feira e na sexta-feira das 08:30 às 16:30 pelo período de validade da licença, a contar da data de instalação do Software.
- 6.2. As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha.
- 6.3. A Contratada prestará a Contratante, treinamento aos servidores designados para operar o sistema, visando o regular funcionamento do “software” com a obtenção dos resultados para os quais foi desenvolvido, bem como disponibilizar versões e reais atualizados do software durante o período da contratação.
- 6.4. A Contratada deverá fornecer a Contratante acesso ao “software” através de login e senha autenticada no site www.bancodeprecos.com.br.
- 6.5. A Contratada deverá fornecer Manual de Utilização da ferramenta.

7. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 7.1. Considerando o valor da contratação (10078033), o qual está estipulado em R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), bem como se aplicando o disposto no art. 62 “caput” e inc. II da Lei nº 8.666/1993, a critério da administração será dispensado o instrumento de contrato, ficando esse substituído por Nota de Empenho.

8. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A contratação do Banco de Preços, cuja detentora dos direitos autorais é a empresa NP Eventos e Serviços Ltda, terá o custo de **R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos noventa reais)**, para acesso durante o período de 12 (doze) meses, conforme proposta 10078033.
- 8.2. Em atendimento a Orientação Normativa nº 17/2009 – AGU (10069068), a empresa NP Capacitação e Tecnologia Ltda. enviou notas de empenhos (10069154, 10069234, 10069257, 10069292 e 10069316) e nota fiscal (10069343) que comprovam a prática do mesmo preço apresentado à Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal/DITEC/PF, junto a outros órgãos públicos.

9. FORMA DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira.

10. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

- 10.1. As assinaturas que viabilizam o acesso a ferramenta deverão estar disponíveis em até 03 (três) dias úteis após assinatura do contrato.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do produto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração Pública anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas para atender a esta operação estão programadas em dotação própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200406

Fonte: (0100000000)

Programa de Trabalho: 06.112.2112.2000.0001

Elemento de Despesa: (339039)

Natureza de despesa: 449052

Plano Interno: 2019 (PF 99900AG19)

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. Multa moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. Multa compensatória de 10 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.2.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.2.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília/DF, 25 de fevereiro de 2019.

JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA

Perito Criminal Federal
SELOG/DITEC/PF

Ciente e de acordo,

Em ____/____/____.

NIVALDO PONCIO

Perito Criminal Federal
Chefe do SELOG/DITEC/PF

APROVO o presente PROJETO BÁSICO, nos termos dispostos na Lei n.º 8.666/93 em seu artigo 7º, § 2º, inciso I, e delibero pela continuidade do procedimento administrativo na forma de INEXIGIBILIDADE para contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **JULIO COELHO FERREIRA DE SOUZA, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 11/03/2019, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ SPRICIGO JUNIOR, Diretor - Substituto(a)**, em 13/03/2019, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10112796** e o código CRC **EC807C8A**.